

JORNAL DO CONSAD

Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração

Ano 6 – Nº 31 – Julho de 2009



LXXIV Fórum do Consad, em Belém, destaca a oferta de capacitação profissional para a área de gestão

O evento realizado em Belém (PA), nos dias 2 e 3 de julho, contou com palestras de Marco Túlio Zanini, professor da Fundação Dom Cabral, Paula Montagner, diretora de Comunicação e Pesquisa da Enap, e de Marconi Martins de Laia, coordenador da Fundação João Pinheiro.

Página 3

Nesta edição

Confiança nas relações públicas

Professor mostra a importância de se transmitir confiança nas relações, para se alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável.

Página 4

Programas de apoio

Enap discute sistema de controle do vocabulário usado para nomear os cursos das Escolas de Governo.

Página 7

Melhoria na gestão

Acordo entre Consad e ministérios do Planejamento e da Previdência (foto) possibilita cruzamento de bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados.

Página 5



Paulo César Medeiros
Presidente do Consad

A quase quadricentenária Belém nos recebeu de forma acolhedora para o Fórum do Consad. As dificuldades que se apresentam com a crise, primeiro financeira e depois econômica, que se abateu sobre as nações ricas e, em seguida, nas que buscam o desenvolvimento, representa para a área de gestão pública ameaça e oportunidade para usar do planejamento estratégico. Se é verdade que repentinamente ficamos mais pobres, também é verdade que este momento deve servir para refletirmos sobre os sacrifícios que serão impostos aos ainda mais pobres.

Também é verdade que a crise serve para alertar para os cuidados que os dirigentes públicos têm de ter na condução de suas políticas econômicas que, se não podem mais ver o Estado como provedor de tudo, tampouco podem vê-lo omissa na regulação dos instrumentos de alavancagem financeira, como recentemente aconteceu com os Estados Unidos.

Contudo, por mais grave que seja a situação, a crise exige que enfrentemos os déficits não como simplórios fiscalistas que imaginam ser possível dizer à já sofrida população mais pobre que é possível cortar algumas dezenas de bilhões de reais em programas sociais, como se pudéssemos exigir mais sacrifícios dos menos afor-

tunados. Não podemos. Aí está a oportunidade para a área de gestão fazer mais com menos. Descobrir novas alternativas para ganharmos em produtividade é o desafio.

Este é o momento de dizermos para a sociedade que um modelo de gestão calcado no controle dos processos não conduzirá a um Estado mais eficiente. Precisamos de um Estado orientado para os resultados e não para os meios. Precisamos iniciar duas grandes reformas do Estado brasileiro: a primeira com uma discussão sobre um novo direito administrativo, coetâneo com o Século XXI, menos focado no formalismo e mais na realidade, para discutir seu mérito numa completa inversão de funções; a segunda, com uma redefinição da função controle na administração pública, rotacionando o objetivo do controle dos processos para o de resultados, porque a ditadura do controle está parando este país.

Apesar de ter como imprescindíveis as funções jurídicas e de controle, o Estado não existe para servir-lhes, ao contrário, elas são parte do Estado e este só existe para prestar serviços públicos, e não para encher infundáveis processos com a falsa promessa de que os carimbos adequadamente colocados garantirão o bom uso dos recursos públicos.



No LXXIV Fórum Consad tivemos a chance de exercitar as oportunidades que a crise nos oferece, ao discutir a relevância da confiança para a geração de um desenvolvimento econômico e social sustentável, ao conhecer uma nova forma de perceber a perícia médica como instrumento de gestão, ao avaliar os resultados do II Congresso Consad, ao conhecer a oferta de capacitação das Escolas de Governo, ou ao construir um novo canal de troca de informações de recursos humanos entre estados e União, entre outros temas, todos relevantes para a construção de um Estado orientado para resultados.

EXPEDIENTE

Jornal do Consad

SRTVS 701 – lote 4 – bloco 0 – entrada A
salas 128/130 – Brasília-DF
Iracly G. Nunes – Secretária-Executiva
Site: www.consad.org.br
E-mail: consad@consad.org.br
Fone: 61 – 3226 6569 / 8151 5150

Paulo César Medeiros – Rio Grande do Norte

Presidente do Consad

Sérgio Ruy B. G. Martins – Rio de Janeiro

1º Vice-Presidente do Consad

Maria Marta R. Weber Lunardon – Paraná

2º Vice-Presidente do Consad

Junta Fiscal

Paulo Henrique Saraiva Câmara – Pernambuco
Mária Regina Sousa – Piauí
Sandra Cristina Gondim de Araújo – Tocantins

Membros do Colegiado

Mâncio Lima Cordeiro – Acre
Guilherme Souza Lima – Alagoas
Lígia Abraham Fraxe Licatti – Amazonas
Wellington de Carvalho Campos – Amapá
Manoel Vitorio da Silva Filho – Bahia
Desirée Custódio Mota Gondim – Ceará
Ricardo Pinheiro Penna – Distrito Federal
Ricardo de Oliveira – Espírito Santo
Luiz Edgar Leão Tollini – Goiás
Luciano Fernandes Moreira – Maranhão

Geraldo A. de Vitto Jr. – Mato Grosso
Thie Hugser V. Santos – Mato Grosso do Sul
Renata Maria Paes de Vilhena – Minas Gerais
Orlando Bordallo Junior – Pará
Antônio Fernandes Neto – Paraíba
Elói Guimarães – Rio Grande do Sul
Valdir Alves da Silva – Rondônia
Ana Lucíola Vieira Santos – Roraima
José Nei Alberton Ascari – Santa Catarina
Sidney Estanislau Beraldo – São Paulo
Jorge Alberto Teles Prado – Sergipe

Jornalista Responsável – Andreia Salles

Telefone: (61) 9231-1669

Diagramação – Arte Contexto

Fotos – Ronaldo Mendes



LXXIV Fórum Nacional Consad reúne secretários de Estado da Administração em Belém

Secretários de Estado da Administração de todo o país estiveram reunidos nos dias 2 e 3 de julho, no Hotel Hilton, em Belém, para participar do LXXIV Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração. O evento, organizado a cada três meses pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), discutiu no Pará temas como a oferta de capacitação profissional para a área de gestão.

A abertura do evento foi feita pelo secretário de Estado da Administração do Pará, Orlando Bordallo Junior, representando a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, com a presença do secretário de Estado da Administração e Recursos Humanos do Rio

Grande do Norte e Presidente do Consad, Paulo César Medeiros e pela desembargadora Carmencin Cavalcante, do Tribunal de Justiça do Pará.

Em seu discurso, o presidente do Consad, Paulo Medeiros, ressaltou que o momento de crise econômica pelo qual passa o país é uma oportunidade de mostrar a importância do planejamento estratégico, é a chance para a área de gestão fazer mais com menos. Paulo Medeiros ressaltou também que o modelo de gestão calçado no controle dos processos não conduz a um Estado mais eficiente, pois é preciso focar as ações nos resultados, sem ficar preso nos meios.

O presidente do Consad sugeriu duas reformas no Estado brasileiro.

A primeira, iniciar a discussão do novo direito administrativo, e a segunda, a redefinição da função de controle, focando o objetivo dela nos resultados.

O secretário de Administração do Pará, Orlando Bordallo, falou aos presentes sobre a necessidade de refinar as práticas na gestão pública, independentemente da esfera de governo. Ele também falou da responsabilidade das secretarias em criar um plano de contingenciamento que permita enfrentar a crise sem afetar a gestão pública de qualidade. Bordallo lembrou que o Consad tem contribuído de forma decisiva para o aperfeiçoamento das práticas de gestão nos estados.

Avaliação do II Congresso Consad de Gestão Pública

O presidente do Consad, Paulo Medeiros, apresentou um balanço das atividades desenvolvidas no II Congresso. Foram inscritos 442 trabalhos, sendo 195 selecionados para se apresentar no evento, compondo 66 painéis. Dos inscritos no congresso, 901 eram servidores públicos, a maior parte deles do Distrito Federal (258), seguido por servidores do governo federal (209).

Por meio de informações adquiri-

das nas inscrições e de pesquisas de opinião feitas com 300 participantes, foi possível analisar profundamente a estrutura do congresso. O nível técnico-científico das conferências foi avaliado como ótimo por 38% dos congressistas e como bom por 52%.

A conferência mais enriquecedora na opinião dos participantes foi a de Débora Wetzel, com 23%, seguida por Patrícia Audi, com 21%.

O painel mais citado nas pes-

quisas foi *Qualidade dos gastos*, seguido pelo painel *Gestão do conhecimento*. 32% dos congressistas que responderam à pesquisa gostariam de ter mais tempo para debater com os palestrantes, assim como maior tempo para intercâmbio com outros profissionais.

A livreria teve grande aceitação entre os participantes – 49% avaliaram o item como bom e 17%, como ótimo.

“ A pressão sobre os resultados ainda é grande, mas cada vez mais se fala em mecanismos sociais para a produção de valor. A confiança é um mecanismo implícito – se confio na outra pessoa e trabalhamos juntos, vamos sempre partilhar as melhores ideias. No fim, tudo se baseia no relacionamento entre duas pessoas ”

Marco Túlio Zanini



Fundação Dom Cabral faz palestra de abertura falando de confiança

O professor da Fundação Dom Cabral Marco Túlio Zanini ministrou a palestra de abertura do Fórum, falando sobre a importância de criar um ambiente de confiança nas relações entre governos e população. Ele explicou que a confiança é um dos aspectos mais importantes da governança social. O professor explicou que boa parte da motivação individual vem da qualidade dos relacionamentos interpessoais.

Para embasar sua teoria, Marco Túlio citou um estudo do Banco Mundial, feito em 1998 por Stephen Knack e Paul J. Zak, que colocam a confiança como um dos principais indicadores de riqueza de um país. Eles explicam que nações com menores níveis de confiança tendem à pobreza, pois os habitantes investem pouco em

atividades de longo prazo, que criam empregos e aumentam salários. As consequências deste modelo foram mostradas por ele como sendo a alta concentração de poder, ausência de meritocracia, ausência de diálogo entre governo e sociedade, clientelismo, assistencialismo e baixa legitimidade dos políticos.

Ao se referir ao Brasil, Marco Túlio explicou que existe aqui uma predominância da visão de curto prazo, consequentemente, a cooperação espontânea da população é baixa, gerando maiores custos de transação. Para ele, é necessário criar incentivos nas organizações para quebrar a predominância dessa visão. O professor revelou que as instituições que promovem inovação e renovação têm altos índices de confiança.



Durante a palestra, Marco Túlio apresentou gráficos de pesquisas que analisavam a confiança nas pessoas em geral. Em todos eles, os países mais desenvolvidos apareceram como aqueles onde as pessoas manifestaram maior confiança umas nas outras. O professor finalizou sua palestra mostrando os princípios para o exercício da governança social. O primeiro é o compartilhamento de valores, com a promoção do diálogo e do esforço organizado como um de seus pilares. E o segundo é a fragmentação do poder, reduzindo a distância entre chefes e subordinados.

Consad assina acordo com ministérios do Planejamento e da Previdência

Os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, da Previdência Social, José Pimentel, e o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), Paulo César Medeiros, assinaram, no dia 8 de julho, na sede do Ministério do Planejamento, um acordo de cooperação para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União, dos estados e do Distrito Federal. O acordo, válido até dezembro de 2010, tem como uma das finalidades apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo.

O ministro Paulo Bernardo falou da importância desse sistema para eliminar erros e gastos desnecessários, "ganha-se tempo e economizam-se recursos". O ministro José Pimentel ressaltou que a base de dados do Cadastro Nacional de Informações

Sociais (CNIS) pode ser uma excelente ferramenta para a melhoria da gestão. Também estiveram presentes para assinar os termos de adesão dos estados os secretários Sérgio Ruy Barbosa (RJ), Luciano Moreira (MA), Antônio Fernandes (PB), Maria Regina Sousa (PI) e Ricardo de Oliveira (ES), além do superintendente Edgar Tollini (GO) e dos representantes Paulo Eli (SC) e Dácio Rossiter (PE).

Financiado com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage), o sistema prevê também o fortalecimento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com o desenvolvimento de novas funcionalidades e a inclusão das bases de dados de recursos humanos dos municípios.

A iniciativa seguirá o modelo experimental adotado no Estado do Rio de Janeiro. O projeto, articulado entre três Secretarias do Ministério do Planejamento – Gestão (Seges), Recursos Humanos (SRH) e Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) – e a Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, será viabilizado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

Para verificar a situação de servidores com mais de um vínculo, os cruzamentos seguirão as seguintes regras gerais: cruzar situação do servidor; cruzar cargos não acumuláveis; cruzar jornadas de trabalho; cruzar local de lotação; CPFs iguais e nomes diferentes; nome do servidor, data de nascimento e nome da mãe igual e CPFs diferentes e servidores com dedicação exclusiva.



Nove secretários do Consad assinaram o acordo na presença dos ministros

Cruzamento de folhas ajuda estados e União a identificar acúmulo ilícito de cargos

O novo sistema de cruzamento de dados dos servidores públicos estaduais e federais foi apresentado pela diretora do departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Nazaré Lopes Bretas, durante o Fórum de Belém. O Rio de Janeiro serviu como modelo experimental do sistema. Ao cruzar as duas folhas, foram encontrados 2.578 servidores com suspeita de

acumulação ilícita de cargos. Todos serão chamados para dar explicações, pois a acumulação de cargos no serviço público é permitida em algumas carreiras, como médicos e professores, mas o total da carga horária, somadas todas as matrículas, não pode ultrapassar 65 horas semanais.

Após o início da implantação, Nazaré ressaltou que precisará da atenção especial dos estados no envio dos

dados, que precisam estar minimamente estruturados. Além disso, ela lembrou ser necessário o comprometimento do estado na apuração dos fatos e no cumprimento das correções. A diretora encerrou sua palestra explicando que um dos maiores benefícios deste cruzamento com o CNIS é que o estado passará a contar com informações importantes de toda a vida profissional do servidor.

Rio Grande do Sul relata ganhos com redução de dias afastados por licenças

O primeiro case apresentado no Fórum representa uma experiência do Rio Grande do Sul sobre perícia médica. **Jorge Luiz Fregapani**, diretor do Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador, começou sua palestra demonstrando a equação matemática que seu departamento criou para medir o índice de absentismo no serviço público estadual. A partir dela, eles perceberam, entre outros problemas, que existia perda grande de dias entre o último dia trabalhado e a data da concessão da licença de saúde. Com essa constatação, o departamento reestruturou seus sistemas e passou a ter menores gastos com dias afastados.

O trabalho começou com o diagnóstico do que mais afasta servidores públicos de seus postos. Na lista apareceram demandas judiciais, processos administrativos e doenças mentais e ortopédicas nas primeiras posições, respectivamente. Foram mais de 34 mil licenças saúde só em 2008. A partir daí, a metodologia usada envolveu a análise do



tempo de atendimento e de homologação, a quantidade de atendimentos *versus* a agenda de atendimentos e o tempo de licença *versus* o tempo de homologação.

Para alcançar a meta de reduzir o tempo de afastamento do servidor, Jorge Fregapani explicou que eles precisaram otimizar os processos de avaliação médico-pericial, para que a data do último dia de trabalho fosse a mesma da data de concessão da licença. O estado investiu em qualificação dos recursos humanos nas áreas técnica e administrativa, ampliou o sistema de informática, reformulou os processos de trabalho, descentralizou as decisões e ampliou o espaço físico do departamento.

Paralelamente, foram eliminados os documentos do arquivo de prontuários médicos, pois todo o sistema foi informatizado, os médicos-peritos receberam um manual de procedimentos, com as novas normas técnicas, e puderam participar de seminários explicativos.

Navegapará leva inclusão digital à população paraense

A infraestrutura de telecomunicações deficiente motivou o governo do Pará a encontrar uma alternativa moderna e eficiente de levar o sistema de transmissão de dados via cabo a todo o estado. A comunicação estava fortemente baseada em satélites, cujos custos são muito altos. A saída foi criar uma infraestrutura pública de telecomunicações. Quem explicou o trabalho desenvolvido foi o presidente da Empresa de Processamento de Dados do Pará, **Renato Francês**, durante o Fórum de Belém.

Em 2007, foi criado o Navegapará e sua implantação necessitou de acordos de cooperação técnica. A utilização da rede de fibra óptica do consórcio Metrobel; a utilização da infraestrutura de rede óptica sobre os cabos para-raios da Eletronorte, para ligação dos municípios ao longo do sistema de transmissão de energia; a utilização da infraestrutura de postes e torres da Celpa; a utilização da infraestrutura de rede de fibra óptica da Vale e de um acordo com entidades para implantação de 40 infocentros.



A operacionalização do sistema levou inclusão digital à população, uma vez que os infocentros são espaços abertos à comunidade e que o sinal de internet fica aberto em praças e na orla, nas chamadas *wi-fi zones*. Além disto, a conexão uniu mais de mil unidades de governo e instituições públicas. Cerca de 45% da população paraense – mais de 3 milhões de pessoas – foram beneficiadas já na primeira fase do projeto, segundo relatou Renato. Os 1,8 mil km de redes de fibra óptica foram completados com radioenlaces de alta capacidade. Em alguns municípios do estado, essa é a única alternativa de acesso.

Renato Francês relatou que outra possibilidade aberta com a chegada do Navegapará foi na área de saúde. O estado criou o Telessaúde, com diagnóstico e tratamento de doenças, capacitação de profissionais de saúde e atendimento médico via teleconferência, para localidades onde a distância é um fator crítico. Os servidores da área de educação também foram beneficiados com cursos de formação a distância, disponíveis nas 400 escolas que estão ligadas ao sistema.

ENAP desenvolve sistema de unificação dos cursos das escolas de governo

Desde dezembro de 2008 que a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) vem discutindo com as escolas de governo dos estados a implantação de um sistema de controle do vocabulário usado para nomear os cursos do setor. Esse foi o tema da palestra da diretora de Comunicação e Pesquisa da Enap, Paula Montagner, no fórum. O órgão fez um levantamento de todos os cursos em vigência nas escolas e percebeu que existiam assuntos similares sendo tratados por nomes diferentes.

O mapeamento da oferta de capacitação nas escolas de governo classificou, no primeiro semestre de 2009, mais de 2,7 mil cursos de acordo com o vocabulário controlado desenvolvido na Enap. Entre os resultados esperados com essas mudanças estão a redução da duplicidade de cursos, a integração da Rede Nacional das Escolas de Governo e a manutenção de informações atualizadas. Até agora, já foram apuradas informações cadastrais básicas das escolas, estatísticas sobre a oferta de cursos e estabelecimento do vocabulário controlado.

Ainda neste ano, será colocada na web a classificação final dos cursos e realizado um encontro, com a presença dos representantes das escolas de governos. O banco de dados permitirá que cada escola atualize, on line, suas informações sobre os cursos.

Na primeira fase de mapeamento foram identificadas 34 escolas federais, 42 estaduais e 26 municipais. Cerca de 43% delas são na área de administração pública, seguidos por 18% de ciências da saúde e 9% de informática. Em 2007, foram realizadas cerca de 545 mil capacitações em 63 escolas de governo, num universo de 10 milhões de servidores públicos no país.



Paula explicou o novo sistema de classificação



Marconi propôs fazer pilotos

Programa de Apoio à Gestão por Resultados é apresentado pela Fundação João Pinheiro

O coordenador da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia, apresentou o plano de trabalho do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal (Prodev), desenvolvido pela entidade para auxiliar os gestores públicos. Os objetivos do programa são estabelecer referenciais de desempenho comuns e promover a cultura por resultados.

O sistema está apoiado em três pilares. O primeiro é desenvolvimento de sistemas de indicadores nas áreas de administração, educação, saúde e segurança. O segundo é a criação de um banco de experiências inovadoras que permita o compartilhamento de boas práticas. E o terceiro é a realização de eventos e cursos de multiplicadores para divulgação da gestão por resultados.

Marconi propôs iniciar o processo com alguns estados como pilotos. Para a primeira fase do programa, o coordenador explicou que é necessário mapear os indicadores de gestão já existente nos estados. Ele ressaltou que o sistema precisa de cerca de 18 meses para operar em sua plenitude.

CARTA DE BELÉM



O LXXIV Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração, ocorrido nos dias 2 e 3 de julho, em Belém (PA), reforçou a importância da gestão pública e a necessidade – sobretudo na conjuntura atual de crise econômica – de planejamento estratégico. O encontro da capital paraense incluiu a abordagem de assuntos como capacitação de pessoal, Acordo de Cooperação com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, rede pública de transmissão de dados, e a explanação de algumas experiências bem-sucedidas.



1 Sobre a capacitação de servidores, apontou-se pelo desenvolvimento de ações que possibilitem maior integração entre a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Rede Nacional de Escolas de Governo, mediante nova organização na oferta de cursos.



2 Ainda no que se refere à área de recursos humanos, os secretários de Estado reunidos no LXXIV Fórum do Consad decidiram pela constituição de grupos de discussão de medidas na área de perícia médica. A explanação sobre a experiência do Rio Grande do Sul, feita pelo diretor do Departamento de Perícia Médica daquele Estado, apresentou aspectos relevantes sobre a matéria.

3 Um Acordo de Cooperação Técnica entre o Consad, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Previdência Social vai possibilitar a troca de infor-

mações de dados dos recursos humanos entre União e as Unidades Federadas, foi outro tema tratado na reunião de Belém. O sistema já foi implantado entre o governo federal e o estado do Rio de Janeiro, iniciativa explicada pela diretora do departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento.

4 Outra definição resultante do LXXIV Fórum Consad foi a formatação de modelo(s) de rede pública de transmissão de dados entre União, estados e municípios. Resultados de uma experiência bem-sucedida do governo do Pará – o Navegapará – foram apresentados pelo presidente da Empresa de Processamento de Dados do Pará.

Registram-se também a apresentação do Programa de Gestão por Resultados da Fundação João Pinheiro e a palestra de abertura do LXXIV Fórum Consad, ministrada por professor da Fundação Dom Cabral. O professor enfatizou a importância de se criar um ambiente de confiança nas relações entre governos e população. Um estudo do Banco Mundial, citado pelo palestrante, coloca a confiança como um dos principais indicadores de riqueza de um país.

Belém, 3 de julho de 2009.

Paulo César Medeiros

Presidente do Consad

